

Conteúdos locais na proposta pedagógica curricular de Pato Branco/PR: uma análise a partir do componente curricular de história

**Local content in the curricular pedagogical proposal of Pato Branco/PR: an analysis
based on the history curriculum component**

**Contenidos locales en la propuesta pedagógica curricular de Pato Branco/PR: un
análisis a partir del componente curricular de historia.**

Talita Vanessa de Matos Gobbi¹
Clésio Acilino Antônio²

Resumo

O artigo aborda as relações entre a política do currículo nacional, a paranaense e a municipal de Pato Branco/PR. Toma-se como foco as reformas curriculares iniciadas com a aprovação de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Referencial Curricular do Estado do Paraná: princípios, direitos e orientações, o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) e, por fim, a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) de Pato Branco. O objetivo foi analisar a PPC quanto à inclusão de conteúdos locais no componente curricular História dos anos iniciais do ensino fundamental. A abordagem qualitativa de pesquisa documental, com base nos procedimentos da Análise Textual Discursiva (ATD), consistiu em análises de documentos das políticas de currículo nas esferas nacional, estadual e municipal, bem como de outros documentos complementares. Constatou-se a ausência de conteúdos locais, compreendidos como aqueles incluídos na PPC além dos estabelecidos pelos documentos curriculares de referência do Paraná. A PPC limitou-se a apresentar orientações didáticas a partir da caracterização de uma nova categoria de organização da prescrição curricular, as “Proposições Didáticas”, o que pode resultar no ensino dos conteúdos dos componentes curriculares superficiais ou pouco aprofundados na relação com o contexto social e cultural dos estudantes.

Palavras-chave: Políticas curriculares; Currículo; Proposta pedagógica Curricular; História; Conteúdos locais.

Abstract

The article discusses the relationships between national curriculum policy, the state curriculum of Paraná, and the municipal curriculum of Pato Branco/PR. It focuses on curricular reforms initiated with the approval of the Common National Curriculum Base (BNCC), the Curricular Reference of the State of Paraná: principles, rights, and guidelines, the Curriculum of the Paraná State Network (CREP), and finally, the Curricular Pedagogical Proposal (PPC) of Pato Branco. The objective was to analyze the PPC regarding the inclusion of local content in the curricular component History of the early years of elementary education. The qualitative approach to documentary research, based on the procedures of Discursive Textual Analysis (ATD), consisted of analyzing documents of curriculum policies at the national, state, and municipal levels, as well as other complementary documents. It was

¹ Universidade estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Francisco Beltrão/PR, Brasil.
E-mail: talita.maninha@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5063-5192>

² Universidade estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Francisco Beltrão/PR, Brasil.
E-mail: clesioaa@hotmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2039-5380>

found that there was a lack of local content, understood as those included in the PPC beyond those established by the reference curricular documents of Paraná. The PPC was limited to presenting didactic guidelines based on the characterization of a new category of curricular prescription organization, the "Didactic Proposals," which may result in teaching superficially or inadequately deepened content of curricular components in relation to the social and cultural context of students.

Keywords: Curricular policies; Curriculum; Curricular pedagogical Proposal; History; Local content.

Resumen

El artículo aborda las relaciones entre la política del currículo nacional, la paranaense y la municipal de Pato Branco/PR. Se enfoca en las reformas curriculares iniciadas con la aprobación de la Base Nacional Común Curricular (BNCC), el Referencial Curricular del Estado de Paraná: principios, derechos y orientaciones, el Currículo de la Red Estatal Paranaense (CREP) y, finalmente, la Propuesta Pedagógica Curricular (PPC) de Pato Branco. El objetivo fue analizar la PPC en cuanto a la inclusión de contenidos locales en el componente curricular de Historia de los primeros años de educación primaria. El enfoque cualitativo de la investigación documental, basado en los procedimientos del Análisis Textual Discursivo (ATD), consistió en análisis de documentos de políticas curriculares en los ámbitos nacional, estatal y municipal, así como de otros documentos complementarios. Se halló la ausencia de contenidos locales, comprendidos como aquellos incluidos en la PPC además de los establecidos por los documentos curriculares de referencia de Paraná. La PPC se limitó a presentar pautas didácticas a partir de la caracterización de una nueva categoría de organización de la prescripción curricular, las "Proposiciones Didácticas", lo que puede resultar en la enseñanza de contenidos de componentes curriculares superficiales o poco profundizados en relación con el contexto social y cultural de los estudiantes.

Palabras clave: Políticas curriculares; Currículo; Propuesta pedagógica Curricular; Historia; Contenidos locales.

Introdução

A atual política curricular nacional, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³, para as etapas da educação básica, de caráter normativo e obrigatória, estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem desenvolver ao longo de sua formação escolar. A BNCC define as

³ A elaboração e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ocorre em um cenário de intensos debates sobre a qualidade da educação no país, a BNCC surge como uma proposta para garantir maior equidade e qualidade no processo educacional. Do ponto de vista político, a BNCC foi discutida e aprovada em um contexto de mudanças no governo federal, o que também influenciou o processo de definição e implementação da proposta.

aprendizagens fundamentais que os alunos devem adquirir em cada etapa da Educação Básica. Este documento, imprimiu a necessidade de adequação dos currículos das redes públicas de ensino das unidades federativas, estados e municípios, como também de todas as escolas, públicas e privadas, em conformidade com foi alterado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996). No Paraná efetiva-se com a aprovação do Referencial Curricular do Estado do Paraná: princípios, direitos e orientações (RCP) em 2018, complementado pelo Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) em 2020. Decorrentes da política curricular nacional, esses documentos curriculares definem as orientações para a elaboração das propostas curriculares municipais e das escolas.

Em um levantamento, no ano de 2021, nos três municípios sedes de Núcleos Regionais de Educação no Sudoeste do Paraná, Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos, apurou-se que apenas o município de Pato Branco possuía um currículo ou uma Proposta Pedagógica Curricular (PPC) municipal adequada conforme as atuais políticas curriculares nacional e estadual. Nesse sentido, constitui-se o interesse de investigar quais e como conteúdos locais foram incluídos na PPC da rede de ensino do município de Pato Branco a partir da BNCC, do RCP e do CREP.

O objetivo do estudo foi realizar uma análise detalhada da PPC de Pato Branco, em relação aos conteúdos locais presentes no componente curricular de História para identificar e compreender como o documento abordada e valoriza a história local. Este artigo busca representar uma pesquisa inserida num contexto de poucas produções temáticas sobre a produção de currículos locais pós-BNCC, o que pode torná-la relevante para o campo das reflexões teóricas nesse âmbito das políticas curriculares por procurar compreender se foram incluídos outros conteúdos além daqueles estabelecidos na BNCC, do RCP e CREP no documento curricular de Pato Branco. Desse modo. Ou seja, uma possível inclusão que necessita ser investigada, dada a necessidade de compreender o espaço para os conteúdos locais na contradição com unificação ou padronização do currículo escolar nas esferas nacional e estadual e, se tais conteúdos, se existentes, expressam relações de conhecimentos com a realidade local dos estudantes integrados à rede municipal de ensino que faz parte.

A metodologia de pesquisa é a pesquisa documental que, além do documento curricular da rede de municipal de Pato Branco, analisa também o documento curricular da BNCC, do RCP e do CREP, tornando-se referências importantes para compreensão da questão central da pesquisa. Ainda assim, o documento da PPC da rede municipal de ensino

de Pato Branco tornou-se uma fonte primária importante para examinar os possíveis conteúdos incluídos nesse documento curricular, especificamente na parte do componente curricular de História do 3º ano do ensino fundamental. Essa decisão foi tomada devido à complexidade da análise quando se pondera a extensão do documento curricular como um todo, além da possibilidade de que conteúdos relacionados ao conhecimento sobre o município estejam presentes no componente curricular de História.

A Análise Textual Discursiva (ATD) foi considerada mais próxima dos objetivos que embasaram a pesquisa, haja vista suas características de metodologia analítica, baseada na interpretação do significado conferido pelo autor e nas condições de produção de um determinado texto. Moraes e Galiazzi (2006) discorrem sobre o exercício da escrita como ferramenta mediadora no processo da ATD, visto que a

A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos. (MORAES e GALIAZZI, 2006, p. 118).

A metodologia proposta pela Análise Textual Discursiva (ATD) é um caminho de investigação flexível e aberto, no qual o pesquisador se engaja no processo de descoberta da verdade e, dessa forma, colabora ativamente em sua construção, esforçando-se para revelar a interpretação que adquiriu ao longo da investigação.

A elaboração ou adequação da PPC de Pato Branco

As redes de ensino municipais iniciaram ações a respeito da elaboração ou adequação das suas PPC com muitos desafios. Um deles foi o tempo estipulado para a implementação da BNCC em todo o território nacional, previsto, de preferência, para o ano de 2019, e, para sua conclusão no ano de 2020, prazo que sofreu o impacto da pandemia do Covid-19. Além disso, é importante considerar que os documentos norteadores da BNCC, do RCP e do CREP ainda estão ancorados pela racionalidade técnico-instrumental de currículo, influenciada pela perspectiva de Ralph Tyler, da qual seus sentidos se hibridizam com outros da perspectiva de desenvolvimento de habilidades e competências que dominam a concepção curricular dessas

atuais políticas curriculares “fortemente marcadas pela avaliação” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 55).

Produções científicas no campo do currículo situam que se pode compreendê-lo como um instrumento de escolarização, com suas relações diretas entre a sociedade, a escola e a formação dos estudantes. Por abranger interesses tão amplos, fica difícil especificar todas as funções e formas do currículo num único discurso, pois, conforme Gimeno Sacristán (2000, p. 15), tais funções e formas são adotadas consideradas as “tradições de cada sistema educativo, de cada nível ou modalidade escolar, de cada orientação filosófica, social e pedagógica”, já que “são múltiplas e contraditórias as tradições que se sucederam e se misturaram nos fenômenos educativos”. Alinhado à função social, o currículo abrangerá os contextos em que estão inseridos e os cidadãos que neles intervêm, o que faz com que toda proposta curricular seja “uma construção social historicizada, dependente de inúmeros condicionalismos e de conflituosos interesses” (PACHECO, 2005, p. 36). Ou ainda, que o currículo seja uma luta pela produção de significados na escola e sua seleção gira em torno de um processo social, pelo qual a escola se legitima como lugar de poder, mas não se encerra nela (LOPES e MACEDO, 2011).

Em 2019 o município de Pato Branco inicia o processo de reformulação da PPC da sua rede de ensino, através de uma Comissão Municipal, estabelecida pela Portaria nº 200, que envolve uma “equipe técnica da SMEC, diretoras e coordenadoras das unidades educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais” (PATO BRANCO, 2020, p. 02).

A Comissão Municipal se reuniu em grupos de trabalho e realizaram estudos e produções, que foram agrupadas e sistematizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pato Branco, “sendo apresentada como versão preliminar, a ser implantada, avaliada e discutida pela Rede, durante o ano de 2020” (PATO BRANCO, 2020, p. 02). Como se constata, na elaboração ou adequação da PPC de Pato Branco, quem participou dos debates e construção do documento foi um grupo selecionado de profissionais, ou seja, não houve a participação ampla de demais atores do processo educacional desde a concepção do material, como aponta o próprio documento municipal.

Essas propostas curriculares configuram-se mecanismos importantes da identidade sociocultural trabalhadas nas escolas, e suas adequações devem ser pensadas de acordo com essas premissas. A BNCC não traz de forma clara como se dá a articulação do nacional/local para o currículo. No seu texto introdutório há apenas a indicação de que o documento é

referência obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos regional e local. No Paraná, a Instrução Normativa Conjunta Nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, no item 3.6., que trata da PPC do Ensino Fundamental, formulou a orientação a respeito da articulação entre o nacional/local da seguinte maneira,

Caberá aos mantenedores das instituições de ensino estabelecer os conhecimentos, no âmbito dos componentes curriculares do referencial, que irão compor a diversificação curricular, conforme as características regionais e locais, de modo a integrá-las à parte comum expressa no Referencial Curricular do Estado do Paraná, constituindo um todo orgânico. (PARANÁ, 2019, p. 471).

As orientações previstas para os municípios foram poucas, como relata Oliveira e Eletério (2019). Conforme os autores, no município em que desenvolveram uma pesquisa, ocorreu “tão somente uma palestra no início do ano letivo e a participação no „Dia Nacional de Discussão da BNCC“, realizado no dia 6 de março de 2018, para cuja organização foi disponibilizado material padronizado” (OLIVEIRA e ELETÉRIO, 2019, p. 181). Assim, fica representada a tendência da falta de conhecimento por grande parte dos professores e comunidades a respeito do documento nacional. Isso dificultou a conhecimento sobre o que deve ou não ser incorporado nos documentos municipais, devido ao fato do pouco tempo de discussão, material pronto e simplificado, não dando margem a um processo amplo de questionamentos nos momentos de elaboração dos currículos locais.

É possível que o curto prazo estipulado para a elaboração e adequação da PPC de Pato Branco ao currículo nacional e paranaense tenha contribuído para que ocorresse um alinhamento restrito aos documentos de referência nacional e estadual, de modo a reproduzir modelos prontos ao invés de uma construção curricular voltada à realidade local e aos interesses dos sujeitos que ali vivem. O que leva a entender que a possibilidade de autonomia na construção do currículo talvez não tenha sido considerada em processos em que as orientações curriculares de caráter prescritivo geralmente são aceitas sem muitos esforços. Llavador (2013, p. 181) vai dizer que a autonomia ocorre “quanto mais descentralizadas forem as instâncias de decisão curricular”, mas isso acarreta na dificuldade do controle pelo Estado, principalmente em relação à definição do conhecimento. Para que essa autonomia possa acontecer, em meio a um currículo que atende a lógica mercantil, Llavador (2013, p. 182) orienta que “pode-se opor a lógica mercantil a outra acadêmica ou a lógica da eficiência à lógica da eficácia, mais simples, a do desenvolvimento pessoal à da ocupação de um nicho

social, etc.”. Portanto, a autonomia, em relação ao currículo, é uma maneira de lutar contra as instâncias centrais e a reprodução de modelos que atendem a lógica do mercado.

Ao analisar a PPC do município de Pato Branco, em seu texto de apresentação, observa-se questões referentes às incorporações das orientações normativas da BNCC, com a indicação de que se considerou as características territoriais do Estado do Paraná e do município de Pato Branco. Ou seja, como se refere o documento, são incorporadas “as determinações legais deste documento normativo e respeitando as características do território paranaense e patobranquense” (PATO BRANCO, 2019, p. 02). Fica claro que a BNCC é o documento tido como embasamento, ainda que ocorra a indicação da autonomia para as adequações referentes às realidades locais. É possível distinguir, conforme Merli (2019, p. 176, grifos da autora), as funções dos diferentes documentos curriculares, pois a “BNCC aponta **o que ensinar, aonde se pretende chegar com o ensino**; enquanto o currículo das diferentes redes de ensino vai apontar o como, **por quais caminhos alcançar os objetivos almejados**”. A autora chama a atenção para que as entidades educacionais não tomem a Base como o próprio currículo, esquecendo das particularidades regionais. Para tanto, é necessário que sejam promovidos espaços de discussão e tomadas de decisões pensando no alinhamento com a BNCC e não o tornando como um documento prescritivo (MERLI, 2019).

O alinhamento dos documentos municipais em relação à BNCC, já que é uma política educacional de caráter normativo e obrigatório, é esperada. Mesmo sendo um documento norteador para a adequação de currículos regionais e municipais, é possível dizer não, pois, “alinhar é diferente de prescrever. E se as redes e escolas têm autonomia na construção de seus projetos, é preciso que tenham a oportunidade de discutir seus documentos curriculares e buscar aquilo que mais se adequa a sua realidade” (MERLI, 2019, p. 182). No entanto, o processo democrático, os debates, o dizer não aos modelos prontos, no período na elaboração ou adequação das PPC, muitas vezes não são garantidos. A questão da autonomia está circunscrita em meio de modelos de currículo engessados, pela qual “a ação pedagógica com objetivos de aprendizagem dissociados do desenvolvimento integral do estudante [...] limitam o direito à educação e, ao mesmo tempo, à aprendizagem”, o que não garantem a democratização da educação (AGUIAR e DOURADO, 2018, p. 19). Quanto aos cuidados com as prescrições curriculares centralizadas, esses autores indicam que

Usuários desse modelo acreditam que cartilhas, guias como “receitas”, a serem reproduzidos nas escolas, serão “remédio” infalível para os “males” da educação. Surgem, então, propostas que desconsideram o grande potencial de nossas comunidades educacionais e escolares. (AGUIAR e DOURADO, 2018, p. 14).

Os autores frisam que a definição sobre o currículo deve ser realizada pelas instituições educativas e escolas, considerada a educação em sua totalidade. Salientam sobre a importância da coletividade, da participação de todos os envolvidos no processo educacional, do protagonismo dos estudantes e dos professores, porque “as concepções, saberes, conteúdos e as metodologias” estão diretamente conectadas aos contextos educativos. Defendem que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica são importantes referências para esses processos de decisões curriculares das instituições educativas e escolares, “a partir das várias histórias de vida que fazem parte desse cotidiano”. Portanto,

É preciso refundar saberes, ampliando, verdadeiramente, o conhecimento da realidade, como delineado nos dispositivos legais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Básica. (AGUIAR e DOURADO, 2018, p. 17).

Ademais, existem outros problemas a serem enfrentados, como as problemáticas trazidas pelas avaliações externas que vêm cumprir determinações dos órgãos internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como uma educação voltada ao mundo empresarial com existência de mão de obra qualificada de acordo com os padrões estabelecidos pelos organismos investidores. (AGUIAR e DOURADO, 2018).

Um currículo voltado para atender as particularidades dos estudantes e necessidades da comunidade local deixa de existir quando modelos prontos são incorporados, quando a autonomia local não é posta em prática, dando lugar a um currículo com forte tendência unificadora e padronizada desde o contexto nacional e regional.

O componente curricular História na PPC de Pato Branco

A PCC de Pato Branco traz os quadros organizadores da prescrição curricular dos componentes curriculares, iniciando com Ciências, em seguida Ensino Religioso, Geografia, História, Educação Física, Matemática, Língua Portuguesa, Artes e, por fim, os Temas

Transversais, que não estão nos quadros de organização das prescrições, mas em forma de texto, nas páginas 617-618 do documento, como “Temas Contemporâneos Transversais”.

A PPC organiza os quadros a partir de Unidades Temáticas, Objetos do Conhecimento, Conteúdos Específicos, Bimestres, Objetivos de Aprendizagem e Proposições Didáticas. Nestas duas últimas colunas se encontram os códigos alfanuméricos, indicados originalmente pela BNCC como Habilidades e foram incorporados no RCP com a nomenclatura de Objetivos de Aprendizagem. Além deles, as Unidades Temáticas e Objetos do Conhecimento foram incorporados da BNCC nos documentos Estaduais e conseqüentemente na PPC de Pato Branco. Assim, fica exposto a incumbência dos municípios adequar suas PPC pela incorporação das orientações estabelecidas nos documentos norteadores nacional e estadual, caracterizando a padronização do currículo.

Ao fazer um comparativo a PCC de Pato Branco e o documento CREP, mesmo que este documento paranaense não seja apresentado como referência curricular para a organização dessa PCC, é possível identificar diversas semelhanças entre e, ainda, que na organização dos quadros de conteúdos o CREP foi tomado como referência. Tanto nos documentos da PCC quanto o CREP, o texto traz um discurso que preza pela valorização da diversidade cultural, pela formação integral dos estudantes e pela promoção da cidadania. Ambos os documentos destacam a importância do ensino de conteúdos básicos, como língua portuguesa, matemática, ciências e história, mas também enfatizam a necessidade de abordar temas transversais, como ética, meio ambiente, saúde e direitos humanos.

O componente curricular História na PPC de Pato Branco traz em sua apresentação da inserção do ensino dessa disciplina na educação brasileira, com informações de seu processo histórico desde 1838 até os tempos atuais, a exemplo da aprovação da Lei 10.639/2003 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais de 2004, da Lei n.º 11.645/2008 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas do Brasil, da Lei n.º 13.381/2001 que definia o estudo da História e Cultura Paranaense nos currículos do estado. A PPC de História de Pato Branco também menciona na apresentação que o ensino dos anos iniciais deve ser pautado na pedagogia histórico-crítica,

[...] partindo das representações e vivências das próprias crianças e de seu entorno social, sendo que o processo de ensino e aprendizagem deve ser encaminhado pelo professor com vistas ao desenvolvimento da consciência

histórica e social dos alunos. Através de diversas fontes históricas, é fundamental que a criança perceba as relações entre passado, presente e futuro e o seu papel neste processo. (PATO BRANCO, 2020, p. 239).

A pedagogia histórico-crítica se baseia em uma concepção crítica da história, que tem como objetivo a superação das desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais justa. Essa concepção tem relação direta com a teoria do desenvolvimento de Vygotsky, que considera que o desenvolvimento humano é um processo histórico e cultural, no qual a interação social desempenha um papel fundamental (SFORNI, 2003, p. 02). Segundo essa pedagogia, o processo educativo deve ser voltado para a formação de indivíduos críticos e capazes de compreender a realidade em que vivem.

O ensino de História para os anos iniciais do ensino fundamental é extremamente importante, pois é nesta fase que as crianças começam a aprender sobre o mundo que as cerca, sua cultura, tradições e origens. A respeito das questões locais, Le Goff (1997) discute a importância de estudar a história do cotidiano como uma forma de compreender a vida das pessoas comuns ao longo do tempo. Segundo o autor, a história tradicional tende a se concentrar nas grandes figuras e eventos políticos, deixando de lado a experiência e os costumes das pessoas comuns. No entanto, ao analisar o cotidiano, é possível desvendar aspectos da vida social, econômica, cultural e emocional que não são revelados pelas grandes narrativas históricas. Le Goff (1997) argumenta que o cotidiano é um espaço de resistência e de inovação, onde as pessoas lidam com as limitações impostas pela sociedade, mas também encontram maneiras de se adaptar e transformar seu ambiente. Ele defende que entender a história do cotidiano nos permite compreender como as relações de poder são estabelecidas e contestadas em diferentes contextos históricos, bem como como as práticas, crenças e valores se transformam ao longo do tempo. Portanto, a história do cotidiano é vista por Le Goff como uma ferramenta essencial para uma compreensão mais completa e profunda da história como um todo, valorizando a experiência individual e coletiva das pessoas comuns e seus impactos no desenvolvimento das sociedades.

No trabalho pedagógico e curricular da disciplina de História, devido a todo processo de desenvolvimento humano e das relações estabelecidas pelos diferentes sujeitos, não deve assumir um conjunto de conteúdos fechados e engessados, mas um processo contínuo e dinâmico de construção coletiva de conhecimento. Casagrande, Peletti e Batista (2016, p. 113) mencionam que as exigências do ensino necessitam utilizar, em primeiro lugar,

estratégias metodológicas para que interesse pelos estudos seja despertado no aluno, e, “em segundo lugar, que desperte o interesse em entender a realidade de forma crítica, buscando com isso formar o aluno de forma plena”. A escola, portanto, juntamente com o trabalho do professor, deve possibilitar ao aluno o envolvimento no processo de construção do conhecimento histórico, a partir da observação, análise de fontes e pesquisas, pois através de diferentes fontes históricas eles irão compreender, sistematizar, elaborar ideias sobre a realidade para entender que existe uma vasta produção de saberes produzidos historicamente. Ao estudar de maneira articulada o movimento histórico e a transformação da sociedade, os estudantes compreenderão que a história é uma construção coletiva e que os diversos pontos de vista estão intrinsecamente ligados ao contexto social, cultural e político de cada época.

O documento da PPC enfatiza que o ensino de História é essencial, sendo um saber necessário para a constituição do sujeito como cidadão, visto que, o estudo do passado vai ajudá-lo a compreender o tempo atual em que ele vive. Evidencia a importância do conhecimento dos povos, culturas, tempos, territórios e paisagens de modo a compreender as diversidades nacionais, regionais, locais e sua identidade, bem como a importância e a responsabilidade de estar inserido na história da família, da comunidade, enfim, na sociedade. Barros (2013, p. 05) salienta que,

O ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade ao incorporar a reflexão sobre o indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturais, valores e com gerações passadas e futuras.

O ensino da história local desempenha um papel fundamental no currículo, pois ajuda a configurar a relação entre o espaço onde vivemos e o presente, no processo de construção da identidade. Ao aprender sobre a história da comunidade em que estamos inseridos, adquirimos conhecimento sobre as origens, eventos significativos, personagens importantes e os valores culturais que moldam nosso entorno. Segundo Barros (2013, p. 15) “[...] a história local se caracteriza pela valorização dos particulares, das diversidades; ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional”. Além disso, o estudo da história local também proporciona uma conexão pessoal com o passado, ao tornar tangíveis os lugares, monumentos e memórias que estão presentes em nosso cotidiano.

A PPC segue as orientações da BNCC a qual indica outras formas de trabalho de ensino e aprendizagem com outros temas da história, visando tratar sobre os procedimentos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise por meio dos questionamentos e problematizações sobre os Objetos do Conhecimento. Quanto às orientações incorporadas do RCP, menciona que, “[...] o conhecimento histórico deve ser debatido com os alunos como forma de pensar e indagar sobre elementos do passado e do presente, construindo explicações, desvendando significados, interpretando e constituindo memória histórica” (PATO BRANCO, 2020, p. 266).

Por fim, a respeito da avaliação, a PPC de Pato Branco repete o que está em todos componentes e salienta que essa faz parte do trabalho didático do professor, pelo qual é averiguado o avanço do aluno em relação aos conhecimentos adquiridos de forma gradual e integral. Também traz em seu texto que, as formas de avaliação a serem utilizadas pelo professor devem a ser a diagnóstica, formativa e somativa. No entanto, o documento chama a atenção para o modelo formativo, visto que, este modelo possibilita a observação do aluno durante o percurso de aprendizado e, deste modo, o professor pode encontrar novas formas de ensinar, visando a superação dos erros do aluno durante o processo de ensino aprendizagem.

Os conteúdos locais no componente curricular história na PPC de Pato Branco

A inclusão de conteúdos locais na PPC de História dos anos iniciais do ensino fundamental é de extrema importância, pois permite que os estudantes tenham a oportunidade de conhecer a história da sua cidade, região e país a partir de uma perspectiva mais próxima da sua realidade cotidiana. É a partir do estudo do contexto local que os estudantes conseguem compreender como se deu a formação das suas cidades, as particularidades da sua cultura e das suas tradições, e de que forma esses aspectos podem influenciar na formação da identidade individual e coletiva de cada um. Além disso, a inclusão de conteúdos locais nas aulas de História contribui para despertar o interesse dos estudantes pela disciplina, mostrando que a história não é algo distante, mas sim presente em suas vidas, conectando-os com a realidade do seu tempo e espaço.

A abordagem da formação histórica e populacional do município permite a compreensão das relações sociais, políticas e culturais que se estabeleceram ao longo do tempo, possibilitando a análise dos fatores que influenciaram na formação da cidade e na sua

atual configuração. Desse modo, entendemos que os conteúdos locais contribuem no processo de aquisição do conhecimento dos sujeitos que ali vivem. O clima, o solo, a geografia e a cultura são aspectos que influenciam no modo de vida das pessoas e na economia local. Por exemplo, regiões litorâneas costumam ter uma atividade econômica baseada na pesca e no turismo, enquanto que regiões rurais dependem da agricultura e pecuária. Além disso, a história de cada cidade é a história de todos os indivíduos que nela vivem, pois cada um de nós contribui para a construção e o crescimento desses lugares. Ao conhecer a história das cidades onde vivemos, podemos valorizar ainda mais a nossa identidade e a nossa história, enriquecendo a nossa cultura e a nossa comunidade.

Pela análise da prescrição curricular do componente de História, 3º ano do ensino fundamental, da PPC de Pato Branco, a partir de uma comparação entre os documentos estadual e municipal sobre a possível inclusão ou não de conteúdos locais, pode-se constatar que foi excluído da PPC de Pato Branco o conteúdo “A cidade e suas atividades: trabalho, cultura e lazer” que estava presentes no RCP como Objeto de Conhecimento e como Conteúdo(s) do CREP. Constatou-se, assim, que o documento apenas reproduz os mesmos conteúdos do RCP e do CREP, em conformidade com esses documentos norteadores, mas sem inclusão de novos conteúdos, ou conteúdos locais.

O componente curricular História na PPC aborda, nas “Proposições Didáticas”, elementos históricos locais, que visam contribuir para o ensino e aprendizagem dos estudantes. As “Proposições Didáticas” sugerem indicações complementares em relação ao que estava descrito nos Objetivos de Aprendizagem no documento da PPC, sendo estes os mesmos que compunham os quadros de prescrição do RCP e do CREP.

No quadro 1 a seguir, para fins de redução da representação das informações, considerou-se apenas as categorias de prescrição curricular “Conteúdo(s)” e “Proposições Didáticas”. A primeira foi mantida para estabelecer relações diretas com as “Proposições Didáticas” que foram incluídas na PPC de Pato Branco. Também se justifica essa redução em vista da grande quantidade de informações e da grandeza que o quadro poderia alcançar.

Quadro 1 – Síntese da inclusão da categoria de prescrição curricular “Proposições Didáticas” do 3^a ano de História na PPC Pato Branco

CONTEÚDO(S)	PROPOSIÇÕES DIDÁTICAS
Formação histórica e populacional da cidade.	Levar os alunos a observarem os grupos populacionais que constituem a sociedade formada em sua região: há imigrantes na minha cidade? De que país ou região do Brasil? Há afrodescendentes e indígenas? Essas pessoas vieram antes ou depois de meus pais e avós? O nome da cidade pode ser um bom ponto de partida para levantar a história local. O aluno pode pensar em por que a cidade tem esse nome: Ele homenageia alguém? É um nome de origem indígena, africana, portuguesa ou outro? A cidade tinha outro nome antes desse? Por que mudou? Pesquisa das diversas etnias que formam a população local, estadual e nacional; Visita à locais históricos e públicos (Praça da Cidade de Pato Branco); Fotografias dos locais mais conhecidos do Município. Realizar exposições, entrevistas com pioneiros e pessoas idosas da cidade.
Acontecimentos e marcadores temporais no estudo da cidade.	
Narrativas históricas sobre a cidade.	Apresentações artísticas que representem a história levantada; Painéis ilustrativos dos principais grupos locais, estaduais e nacionais. Pesquisa sobre a Revolta dos Possesiros. Documentários. Elaboração de Cartazes, seminários e exposições. Há, aqui, oportunidade de trabalho interdisciplinar com as oportunidades de trabalho interdisciplinar com as habilidades (EF03LP24), (EF03LP25), (EF03LP26) e (EF35LP20), da Língua Portuguesa; (EF03MA26), (EF03MA27) e (EF03MA28), da Matemática; (EF03CI06) e (EF03CI09), da Ciências; e (EF03GE01), da Geografia, associadas à coleta, leitura, comparação e interpretação de dados, com apoio de recursos multissemióticos (listas, tabelas, ilustrações, gráficos). E, também, com as habilidades (EF03LP26), (EF35LP17), da Língua Portuguesa; (EF03MA18), da Matemática; e (EF03HI02), da própria História, associadas à realização de pesquisas.
Modo de vida no campo e na cidade em diferentes temporalidades	Comparar modos de vida do presente e passado é uma habilidade para a noção de tempo histórico. Considerar mapas antigos da cidade, incluindo periferia e área rural. Fotografias antigas são outra fonte para comparar passado e presente. Coletar depoimentos de pessoas mais velhas, pode-se constatar que os modos de vida na cidade e no campo também mudaram ao longo do tempo, e que costumes urbanos do passado podem se assemelhar a costumes da área rural do presente. Oportunidade para o trabalho interdisciplinar com as habilidades (EF35LP11), da Língua Portuguesa; (EF03GE01), da Geografia; e (EF03HI07), da própria História, especificamente no que se refere à identificação de características regionais, urbanas e rurais da fala, respeitando as diversas variedades linguísticas. Maquetes do meio urbano e rural; Visitas a área rural; Painel de figuras e fotos para registro. Encenações. Contação de histórias. Exposição de objetos.
Memórias e narrativas de pessoas do campo e da cidade.	
Memória e patrimônio histórico e cultural da cidade.	Há, aqui, oportunidade de trabalho interdisciplinar com as habilidades (EF15AR25), da Arte; e (EF03GE02), associadas ao reconhecimento do patrimônio histórico e cultural. Fotografias dos monumentos públicos; Visitas em Museus (relatos verbais e escritos), locais e edificações de referência cultural para a população (mercados, feiras, santuários, lojas comerciais antigas, oficinas, bibliotecas públicas, salas de cinema etc.), bem como vivenciarem o patrimônio imaterial da cidade (cantigas, festejos, produção artesanal típica etc.).
População e diversidade cultural local.	Sequências Didáticas e Projetos Pedagógicos. Trabalhos em grupo; Pesquisa de curiosidades históricas; levantamento de dados na Prefeitura Municipal e apresentação do mapa da área urbana do Município; Construção de um painel com figuras e fotos de jornais antigos e recentes para entender o progresso e o desenvolvimento.

A cidade: espaços públicos e privados.	Pode-se prever um passeio da turma pelo centro urbano para o reconhecimento de prédios públicos, hospitais, escolas etc. O registro fotográfico dos locais pode ser utilizado para o trabalho em sala de aula. Há, aqui, oportunidade de trabalho interdisciplinar, com as habilidades (EF03MA19), da Matemática; (EF03CI07), da Ciência; (EF03GE06) e (EF03GE07), da Geografia, associadas à compreensão e utilização da linguagem cartográfica. Apresentação do mapa da área urbana do Município com ruas e logradouros; Maquetes e fotos do município; Pesquisa com a família da escolha do bairro da residência, para entender a escolha do bairro, fica próximo de quê? Como a família observa o comércio local, as áreas de recreação, a vizinhança, etc. Registro de informações e exposição para o grupo
--	--

Fonte: produção dos autores.

Pelo quadro 1 foi possível observar orientações complementares do documento municipal em relação aos estaduais, mas também levando em consideração orientações de prescrições desses documentos norteadores (RCP e CREP). Essas orientações, caracterizadas nas “Proposições Didáticas” parecem objetivar uma adequação ao contexto e à realidade dos estudantes, considerando sua diversidade e necessidades individuais. No entanto, as “Proposições Didáticas”, por úteis que sejam para orientar o ensino, precisam ser complementadas por um conteúdo consistente, que forneça bases sólidas para o ensino do conhecimento histórico. Portanto, teria sido importante que a PPC de Pato Branco chegasse a inclusão objetiva de conteúdos locais como um elemento fundamental de currículo escolar, a fim de proporcionar uma orientação para o ensino da área, relevante e significativa para os estudantes.

O próximo quadro 2 representa uma análise dos descritores das “Proposições Didáticas” nesta categoria da prescrição curricular do 3º ano de História na PPC Pato Branco. Para fins de representação de possíveis “conteúdos locais”, considerou-se as informações referentes aos organizadores de “conteúdos curriculares” em duas categorias de prescrição curricular: “Conteúdo(s)” e “Prescrições Didáticas”. A finalidade dessa forma de sistematização justificou-se pela necessidade de direcionar o foco da representação e da análise para o debate comparativo sobre as inclusões dos “conteúdos locais” que ocorreram ou não na PPC de Pato Branco.

O objetivo dessa análise foi chegar a uma sistematização de possíveis conteúdos locais presentes nos descritores das “Proposições Didáticas” que, pela análise, consideraram o questionamento sobre o porquê não foram assim caracterizados e prescritos como conteúdo locais na PPC de Pato Branco, em vista de que complementaríamos os conteúdos já definidos no

RCP e CREP. Essa sistematização caracterizou como “Exemplos” as possíveis identificações de conteúdos locais nas “Proposições Didáticas”.

Quadro 2 – Síntese de possíveis “ conteúdos locais” nas “Proposições Didáticas” do 3º ano de História na PPC Pato Branco

CONTEÚDO(S)	PROPOSIÇÕES DIDÁTICAS → “Conteúdos locais” (Exemplos)
Formação histórica e populacional da cidade.	Os imigrantes/migrantes Origem do nome da cidade
Acontecimentos e marcadores temporais no estudo da cidade.	Locais históricos Os pioneiros
Narrativas históricas sobre a cidade.	A Revolta dos Posseiros
Memória e patrimônio histórico e cultural da cidade.	Locais e edificações de referência cultural para a população (museus, mercados, feiras, santuários, lojas comerciais antigas, oficinas, bibliotecas públicas, salas de cinema etc.). Patrimônio imaterial da cidade (cantigas, festejos, produção artesanal típica etc.).
População e diversidade cultural local.	
Modo de vida no campo e na cidade em diferentes temporalidades.	Costumes urbanos e rurais
Memórias e narrativas de pessoas do campo e da cidade.	Fontes históricas (fotografias e orais) sobre a cidade e o campo de Pato Branco.
A cidade: espaços públicos e privados.	Hospitais, escolas, áreas de recreação etc. do município

Fonte: produção dos autores.

É importante considerar que um trabalho de inclusão de conteúdos na PPC de Pato Branco, para além dessa análise específica, e talvez simples, sobre o que está descrito nas “Proposições Didáticas”, necessitaria de estudos de outras fontes históricas, documentos e publicações que evidenciasse informações e conhecimentos para servirem de aportes para uma sistematização com melhor qualidade no âmbito curricular e pedagógico. Por exemplo, fontes que pudessem comprovar se a população do município foi formada por negros, por caboclos, migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, das etnias italiana, alemã, polonesa ou outras, que constituíam os grupos migrantes desses estados. Outrossim, não foi realizada uma análise detalhada se alguns desses conteúdos estão também, ou de que forma, prescritos para o 4º e 5º da PPC de História de Pato Branco, ainda que considerássemos que suas abordagens curriculares e pedagógicas possam se caracterizar por diferentes amplitudes temáticas desses conteúdos para o ensino.

A ausência de definição de conteúdos locais de forma mais objetiva e a predominância de “Proposições Didáticas” na PPC de Pato Branco podem representar uma orientação

confusa para o ensino de História. Isso porque, sem um conteúdo específico que leve em consideração a realidade local, cultural e histórica dos estudantes, corre-se o risco de oferecer um ensino descontextualizado e distante da vida dos estudantes. Caso tivessem sido incluídos, constataríamos uma contribuição do documento da PPC quanto elementos prescritivos de cunho curricular objetivo e importante para orientar e colaborar com o trabalho pedagógicos dos professores. Todavia, constata-se a influência dos processos de padronização dos currículos em territórios nacional e estadual, apresentando-se como documentos amplos e complexos, para elaboração ou reformulação de das propostas curriculares dos municípios.

A respeito da escolha dos conteúdos do currículo, Saviani, (2016, p. 55-57) deixa claro que esse processo deve ser entendido tanto como uma questão técnica quanto política. Do ponto de vista técnico, a definição dos conteúdos deve estar pautada na necessidade de fornecer aos estudantes os instrumentos necessários para o acesso ao conhecimento, ou seja, aqueles saberes considerados essenciais para a formação integral e crítica dos indivíduos. Já do ponto de vista político, a escolha dos conteúdos está relacionada com as diferentes visões de mundo e interesses presentes na sociedade. Saviani argumenta que a definição dos conteúdos não pode ser feita de forma neutra, pois carrega consigo uma carga ideológica que reflete a luta de diferentes grupos por poder e hegemonia. Portanto, a escolha dos conteúdos deve ser consciente e democrática, considerando as necessidades e demandas da sociedade como um todo.

Considerações finais

As reformas educacionais no âmbito do currículo escolar no Brasil têm buscado uma maior padronização e alinhamento, um processo vertical, de forma a estabelecer o documento curricular nacional como a referência na definição dos conteúdos para os estados e municípios. Essa implementação muitas vezes restringe a abordagem dos aspectos regionais ou locais em apenas novos modos de orientações de cunho pedagógico, como constatamos no caso das “Proposições Didáticas” da PPC de Pato Branco, o que parece limitar a inclusão de conteúdos locais e contemplar de modo mais efetivo elementos da diversidade cultural e contextual dos estudantes. Nesse sentido, essa verticalização muitas vezes resulta em políticas

curriculares que não correspondem às necessidades reais das escolas e dos estudantes, dificultando e comprometendo a qualidade do ensino.

O que se constatou na PPC de Pato Branco é que a concepção e o formato desse documento de prescrição curricular segue o que está prescrito no RCP-CREP, documentos estes que, como já visto, seguem as prescrições da BNCC com a pretensão de garantir a coerência de orientações curriculares para atingir uma certa qualidade da educação em todo o país. Além disso, ao adotar a BNCC, o RCP-CREP como referência, a PPC do município também está se baseando nas diretrizes e nos princípios estabelecidos pela BNCC, o que sugere contribuir para uma maior legitimidade e aceitação das propostas curriculares em nível nacional, visto que integram as concepções de ensino que priorizam o desenvolvimento de habilidades e competências. Nessa perspectiva, o currículo tende a ser direcionado para esse desenvolvimento, em detrimento de uma formação mais ampla e crítica, já que a padronização curricular imposta privilegia uma visão uniforme e objetivos de aprendizagem pré-estabelecidos e de parâmetros inequívocos, sem possibilidades de contestação educativa e pedagógica.

Este artigo representou o desafio de uma pesquisa de mestrado, que foi procurar responder inquietações relacionadas à questão da inclusão, ou não, de conteúdos locais em propostas curriculares de municípios, no caso selecionado da proposta curricular de Pato Branco a partir do processo de implementação da política curricular atual no país. Foi possível constatar que a PPC de Pato Branco segue as categorias de prescrição curricular estabelecidas pela BNCC e, mais especificamente, pelo RCP e pelo CREP. Ao analisar a PPC do município de Pato Branco, constatou-se a ausência de conteúdos locais, compreendidos como aqueles incluídos nessa PPC além dos estabelecidos pelos documentos curriculares de referência.

A PPC, que tem como objetivo orientar as práticas pedagógicas e curriculares das escolas da rede municipal de ensino de Pato Branco, limitou-se a apresentar orientações didáticas a partir da inclusão de uma nova categoria de prescrição curricular, as “Proposições Didáticas”, o que pode colaborar para o ensino de História, ou talvez de outros componentes curriculares, de conteúdos de modo superficial e pouco aprofundados na relação com o contexto social e cultural dos estudantes. Dessa forma, ao incluir conteúdos locais na PPC de Pato Branco, poderia colaborar também para uma educação mais contextualizada e

significativa para os estudantes, o que sugere uma contribuição para a formação de cidadãos conhecedores e crítico com o lugar em que vivem.

Em suma, o currículo construído com autonomia local e que garanta alterações significativas com inclusões de conteúdos locais é de extrema importância, pois permite que a comunidade educativa (professores, gestores educacionais, pais e estudantes) tenha um papel ativo na definição dos conteúdos, métodos e objetivos de ensino. Isso significa que o currículo seria construído por essa comunidade considerando às necessidades, interesses, o contexto cultural e histórico também da realidade local. Ao ter autonomia na elaboração do currículo, poderia garantir que ele seja mais contextualizado, relevante e significativo para os professores e estudantes, promovendo uma educação que dialogue diretamente com as suas vidas e experiências. Portanto, compreendemos que o currículo elaborado com autonomia local pode fortalecer a identidade e a pertencimento dos professores e estudantes, valorizar suas culturas e saberes locais, estimular a participação ativa e a coletividade e contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e transformadora.

Referências

AGUIAR, M. A. da S.; DOURADO, L. F. (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

BARROS, C. H. de F.. Ensino de História, Memória e História Local. **Revista De História Da UEG**, v. 2 n. 1 (2013): Dossiê “(Ab)Usos do Cinema em História”, 301-321. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1451>. Acesso em: 28/06/2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB -Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação. 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 28 jan. 2020.

CASAGRANDE, R. M.; PELETTI, A. B.; BATISTA, E. L. O Trabalho Pedagógico na Disciplina de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a Partir da Pedagogia Histórico-Crítica. In: PAGNONCELLI, C.; MALANCHEN, J.; MATOS, N. da S. D. de (Org.). **O Trabalho Pedagógico nas Disciplinas Escolares: contribuições a partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2016. p. 11-137

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- LLAVADOR, F. B. O currículo formal: legitimidade, decisões e descentralização. In: GIMENO SACRISTÁN, J. (org.). **Saberes e incertezas sobre o Currículo**. Trad. e ed. Alexandre Salvaterra & Miguel González Arroyo. Porto Alegre, Penso, 2013, p. 174-187.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MERLI, A. de A. A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas implicações para a construção de propostas curriculares. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n. 10, p. 173-194, jan./jun. 2019.
- OLIVEIRA, M. L. C. de; ELETÉRIO, L. H. A. Pensando As Margens: currículo e saberes locais na Base Nacional Comum Curricular. **Pensares em Revista**, São Gonçalo – RJ, n. 14, p. 170-191, 2019.
- PACHECO, J. A. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018. Disponível em: <http://www.referencialcurriculardoparana.pr.gov.br/>. Acesso em: 26/04/2022.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e Esporte. **Instrução Normativa Conjunta n. 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED**. Curitiba: SEED, 2019. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao_052019_deducdpgeeed.pdf. Acesso em: 17/06/2022.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Instrução Normativa Conjunta N.º 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED**. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao_052019_deducdpgeeed.pdf. Acesso em: 11/08/2023.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo da Rede Estadual Paranaense**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2021. Disponível em: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/crep>. Acesso em 29/04/2022.
- PATO BRANCO. Secretaria Municipal De Educação E Cultura. **Proposta Pedagógica Curricular Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais**. Pato Branco: SMEC, 2020.
- SFORNI, M. S. de Faria. **Aprendizagem conceitual e organização do ensino: contribuições da teoria da atividade**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/00130564>. Acesso em: 31/05/2023.

Recebido: outubro/2023.

Publicado: maio/2024.